

Entrevista com Anny Jackeline Torres Silveira

Anny Jackeline Torres Silveira possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1990 e 1995), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2004) e pós-doutorado em História da Medicina na University of Oxford (2013). Atualmente, é professora associada da Universidade Federal de Ouro Preto e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Dedicase, em especial, às áreas de História da Saúde, História da Medicina, História de Belo Horizonte, História da Cidade e História do Brasil.

Entrevista concedida via correio eletrônico a Luíza Lima Dias, membra da Comissão Editorial da Revista Temporalidades e discente na linha de Ciência e Cultura na História do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.

[Revista Temporalidades]: A pandemia do novo coronavírus tem gerado graves consequências em países ao redor do mundo todo, surpreendendo líderes que tentam lidar com essas crises. Especificamente no âmbito acadêmico, muitas adaptações foram necessárias para atender às medidas de quarentena e de isolamento social, desde a realização de eventos on-line até o fechamento total de centros arquivísticos, bibliotecas e universidades. Adicionalmente, foi divulgada uma pesquisa da Nature Index, em maio de 2020, que indicou um declínio no número de publicações científicas com autoria de mulheres ao mesmo tempo em que houve um aumento nas publicações de autoria dos homens durante a crise da COVID-19. Gostaria que você comentasse um pouco sobre como tem percebido essas dificuldades e a realidade excepcional que enfrentamos.

[Anny Jackeline Torres Silveira]: Certamente a pandemia influi sobre o mundo acadêmico e seus impactos podem ser abordados de perspectivas diversas, como a pergunta sinaliza, passando desde questões mais práticas – como as dificuldades na organização da pesquisa, o acesso a materiais com o fechamento de espaços de guarda de documentos e outros acervos importantes no caso de muitas pesquisas na área de história, as dificuldades de trânsito e etc. – passando por

questões políticas, econômicas – com o problema dos financiamentos – até àquelas mais estruturais – como as desigualdades sociais ou de gênero.

O impacto na execução das pesquisas foi sinalizado desde o início da quarentena, e esteve especialmente relacionado ao acesso a laboratórios onde se desenvolvem projetos que demandam a presença física ou a observação cotidiana do pesquisador. A extensão da quarentena, porém, levanta o problema enfrentado por aqueles pesquisadores que demandam o acesso a acervos que estão fechados, ou que dependem da realização de atividades externas, ou em contato direto com as pessoas. Pensando nos prazos para o desenvolvimento de algumas pesquisas acadêmicas – como o bacharelado ou o mestrado, cujo tempo para sua realização é curto – a impossibilidade de acesso a documentos ou dados podem significar em muitos casos a necessidade de uma revisão mais ou menos profunda do problema de investigação. E é claro que esse é apenas o nível mais imediato de impactos. Como será o financiamento da pesquisa e da própria academia no cenário de crise que se prenuncia? De que modo os ataques sofridos pela ciência vão repercutir a médio e longo prazo? Que tipo de debate e embates o futuro nos reserva?

O aspecto de gênero, levantado na pergunta, é mais uma vertente para se pensar quanto ao impacto da pandemia. Ele evidencia ao mesmo tempo experiências que são inegáveis - a dupla jornada, as desigualdades econômicas, as opressões culturais que marcam o universo feminino – como também uma “atmosfera” intelectual bastante sensível às questões das desigualdades e do que se convencionou chamar “minorias”. Viver a pandemia me fez levantar questões sobre as quais não tinha pensado enquanto eu era apenas uma estudiosa delas. Eu hoje tenho muitas outras questões a perguntar sobre a gripe de 1918 além daquelas que fiz há cerca de 20 anos. Posso dizer que essa experiência ampliou enormemente minha percepção sobre esses eventos no passado e me trouxe perguntas que não havia até então cogitado. As referências que tem sido feitas sobre essas questões de gênero na experiência atual – as notícias sobre violência doméstica, divórcio e as desigualdades me fizeram perceber que questões relativas a distinções e desigualdades entre homens e mulheres praticamente não mobilizaram os estudiosos da pandemia de 1918 no Brasil. O máximo a que chegamos foram incursões sobre a proeminência feminina no ambiente doméstico da cura e sua mobilização em torno do socorro aos doentes no âmbito público. Certamente essas são questões que estão muito mais em evidência hoje no mundo acadêmico e social.

Sobre o aspecto específico da produtividade acadêmica é evidente que, além de alterar a forma pela qual frequentemente organizamos nosso dia a dia no universo doméstico, a quarentena trouxe para dentro deste espaço boa parte de nossas outras experiências - trabalha-se em casa, estuda-se em casa, alimenta-se em casa, compra-se em casa, diverte-se em casa... Certo que usássemos o espaço doméstico para também fazer essas atividades antes, o problema é que agora fazemos tudo isso quase que integralmente dentro de casa. Poderia dizer que, para certos grupos sociais, a experiência pandêmica tem sido marcada pelo que poderia chamar uma hipertrofia da experiência doméstica, onde tradicionalmente as relações são assimétricas. Numa condição dessas, essas diferenças ganham muito mais evidência. E ainda que se fale do mundo acadêmico, onde é possível observar posições mais críticas a respeito dessas desigualdades e o estabelecimento de relações que buscam se construir a partir de outras referências – a realidade da desigualdade de gênero e do machismo ainda está fortemente presente. Mas há outras desigualdades diante da pandemia hoje que somadas a ela agudizam ainda mais a diferença de gênero e que são as desigualdades raciais. Acho importante que esses temas sejam levantados, para que tomemos consciência deles e nos comprometamos a enfrentá-los.

[R.T.]: Essa não é a primeira vez que o Brasil tem de enfrentar crises epidêmicas de grande porte. A gripe espanhola de 1918, por exemplo, atingiu muitas cidades brasileiras e tem sido recorrentemente lembrada em matérias jornalísticas por algumas semelhanças entre sua história e o que tem sido observado com a COVID-19. O que mais tem chamado a sua atenção em termos de aproximações entre os dois contextos, com base nos seus estudos sobre a espanhola? Como você acredita que o estudo da história da influenza poderia contribuir para o enfrentamento de epidemias atualmente, como no caso da COVID-19?

[A.J.T.S.]: Buscar perceber como sociedades passadas viveram e significaram suas experiências durante os episódios epidêmicos certamente nos ajuda a pensar a entender a experiência atual. Enquanto doenças coletivas, que apresentam um padrão mais ou menos parecido de dispersão, e que envolvem o manejo de um arsenal muitas vezes próximo de ações para seu enfrentamento, epidemias e pandemias guardam muitas semelhanças, mas é preciso estar atento para o fato de que falamos sempre de contextos diferentes, que imprimem especificidades aos episódios epidêmicos. Entender como certas escolhas foram feitas e os resultados que produziram,

alternativas que poderiam ter sido implementadas, são balizas que nos ajudam a refletir e decidir hoje.

Sempre lançamos mão da experiência para tentar mapear e entender situações novas, às vezes temos mais sucesso, outras menos. Tenho conversado com outros colegas que estudam pandemias se há algo comum é a sensação de que jamais pensamos viver algo parecido com isso. Quando estudava a gripe, houve a erupção da SARS na província de Guandong na China (1992/1993). Eu olhava as notícias de jornal e via exatamente uma porção dos eventos iguais aqueles que eu lia na bibliografia e que analisava na pandemia de 1918 – reações das autoridades, ações para debelar a transmissão, o medo da população, a quarentenas, as reações de trabalhadores da saúde ao isolamento imposto pelo governo hospital no hospital onde os casos estavam sendo tratados. Era incrível ver aquilo tudo diante dos meus olhos, mas a milhares de quilômetros de distância. Viver a pandemia é bem diferente de estudar a pandemia. A experiência de hoje também me faz ver e entender questões que não havia cogitado ou percebido, quando estudava a “espanhola”.

Entender a pandemia como crise sanitária era perceber que aquele era um evento que ultrapassava qualquer possibilidade de se fazer frente a ele, não há estrutura de saúde instalada que dê conta de um evento dessas dimensões. As autoridades brasileiras durante a pandemia de 1918 não tomaram praticamente nenhuma medida preventiva. Tudo que se observa nos estudos levados a cabo sobre aquela experiência em diferentes lugares do Brasil foram ações reativas, quando muito, ações que serviam para mostrar à população que as autoridades estavam agindo, uma vez que as autoridades que as colocavam em prática não acreditavam em sua eficácia. Eram como um ritual, encenado para tranquilizar a população, para dizer que ela não estava largada à própria sorte. A pandemia atual nos mostrou que sim, é possível agir diante da crise, é possível evitar o caos, salvar muitas vidas “*flattening the curve*”. Esse foi um grande aprendizado, ainda que tenha sido grandemente boicotado. A experiência da pandemia também reforçou o aprendizado de que a história se faz com os problemas colocados pelo presente – quantos aspectos me foram levantados durante a experiência atual e que eu e outros pesquisadores da história das epidemias não cogitamos quando nos voltamos para os nossos objetos. E essa constatação reanima a retomarmos sempre o exame desses eventos do passado.

[R.T.]: As áreas relacionadas à história da saúde e das doenças não ocupam um espaço de destaque na maioria dos departamentos de História das universidades brasileiras. De modo geral, é difícil encontrar disciplinas obrigatórias que abordam esse tema nas grades curriculares obrigatórias da graduação e da pós-graduação, o que também se reflete na escassez de discussões sobre esse tópico no ensino básico. Apesar disso, o tema tem sido amplamente discutido atualmente devido ao cenário de crise sanitária, ocupando grande espaço na mídia e nas revistas acadêmicas. Como você acredita que contextos como o atual podem estimular o interesse pelo campo da história da saúde? Você acredita que há uma sinalização para a necessidade de se dar mais atenção para a importância dessa área de estudos?

[A.J.T.S.]: Esse movimento de reconhecimento da saúde como campo legítimo de investigação da história, e mais que isso, o reconhecimento das inter-relações entre a saúde e as demais esferas da história humana são anteriores à pandemia. Pelo menos, os grupos dos quais participo sempre buscaram enfatizar esse aspecto e acredito que já tínhamos percorrido um bom caminho nesse processo. Revistas, congressos, programas de pós-graduação, um número expressivo de livros e pesquisadores mostram que esse já era um campo em consolidação – até mesmo nos manuais era possível ver a doença emergindo, para além das pestes medievais, em referências sobre a varíola como arma biológica na expansão colonial americana, nas reações populares à agenda da vacinação no início do século XX, ou mesmo algumas referências mais episódicas aos impactos da terrível pandemia que marcou o fim da Primeira Guerra Mundial.

Pensando a dimensão da produção e reprodução da ciência, ocupar espaço nos manuais voltados ao público amplo revela que um vasto caminho já foi percorrido no âmbito da comunidade científica. Aqui na UFMG, o Grupo Scientia abriga há mais duas décadas pesquisas no campo da história das Ciências da Saúde. Há também duas décadas temos um GT de Saúde – nacional com sua ramificação regional – atuando nos eventos da Sociedade Brasileira e História da Ciência (SBHC) e na Associação Nacional de História (ANPUH, nacional e regional). Mas não há dúvida de que a pandemia potencializou enormemente essa percepção. A experiência que temos vivido hoje, com uma doença se infiltrando na nossa vida e impactando a política, a economia, os costumes, as crenças, ao imaginário, é muito mais forte para evidenciar essa relação do qualquer centena de pesquisas, livros ou teses que se escreva sobre isto. Não tenho dúvidas de que a doença fará parte do repertório de questões ou dos contrapontos manejados nas análises de muitos historiadores, afinal como aprendemos tão logo ingressamos no universo da academia, a

história se faz a partir dos problemas do presente. É certo também que toda evidência que a doença alcança nas nossas reflexões e falas hoje, deva sofrer uma acomodação à medida que a pandemia siga o seu curso – seja o da promoção ou ampliação da imunidade, seja o de um cenário de quase endemização, com o retorno periódico, como se vê em outras doenças como por exemplo a gripe. Mais do que enfatizar a importância dos estudos sobre a temática da saúde e das doenças, a pandemia tem evidenciado o quanto eles estão interconectados aos elementos políticos, econômicos, sociais, ambientais entre outros – apenas que alguns destes tem mais tradição como objetos de reflexão histórica. A crise sanitária vem reforçar como é impossível ignorar essa interdependência, lembrando aqui a primeira geração dos Annales, que a história se faz com tudo que diz respeito ao homem. Espero que esse processo nos legue uma percepção mais holística, não só da história, mas da nossa existência, que não prescinde deste mundo no qual estamos inseridos e do qual somos uma parte.

[R.T.]: Já há algum tempo, os historiadores, sociólogos e filósofos da ciência vêm questionando o estatuto da “Ciência com C maiúsculo”, denunciando o perigo da adoção de políticas científicas no passado e no presente. Entretanto, baseados numa fundamentação muito diferente da proposta desses pesquisadores, ultimamente observamos também um crescimento de grupos com ideias anticientíficas, como aqueles que acreditam na “Terra plana” ou que são contra as vacinas. No contexto da pandemia da COVID-19, por exemplo, vemos grupos que têm negado a gravidade da doença e espalhado desinformação sobre possíveis curas e medicamentos, além da perseguição a profissionais que tentam efetivamente combater o vírus. Na sua opinião, esses dois movimentos poderiam estar, de alguma forma, relacionados? Seriam esses grupos anticientíficos um alerta para a necessidade de repensarmos as formas pelas quais temos criticado e problematizado a “Ciência”?

[A.J.T.S.]: Posturas anticientíficas já existiam antes que esta abordagem mais crítica da ciência se estabelecesse e, certamente, vão continuar existindo no futuro. Na minha percepção o ponto central não está nas críticas ou na problematização que os estudos da história, da filosofia, da antropologia ou da sociologia da ciência fazem a respeito do seu objeto, mas sim na noção de ciência cristalizada no imaginário social. Essa noção se fixa em alguns pressupostos que levam a uma imagem equivocada do que seja a ciência ou a investigação científica. O primeiro e talvez

mais pernicioso, é a identificação entre ciência e verdade, ignorando que a “verdade” científica é provisória e contextualizada e que a ciência é um produto que se define pelas ideias e aparatos possíveis em determinados momentos e coletividades. A ciência é uma forma de conhecer, de ordenar, de dar inteligibilidade à realidade que, com frequência, se mostra bastante eficiente. E essa eficiência tem a ver exatamente com a crítica e problematização. Elas são motores essenciais para que se possa ir além daquilo que está estabelecido, para que e possa ampliar aquilo o que já sabemos, ver a realidade, ou o mundo, ou a natureza – seja lá o nome que dermos a esse objeto do conhecimento científico – a partir de outras perspectivas que ampliam e renovam a forma como o compreendemos. Deixar de problematizar ou criticar o conhecimento científico talvez seja mais prejudicial à ciência que o próprio movimento anticientífico. Como disse Gramsci, “se as verdades científicas fossem definitivas, a ciência teria deixado de existir como tal, como investigação, como novas experiências, reduzindo-se a atividade científica à repetição do que já foi descoberto. O que não é verdade, para a felicidade da ciência”.

Para se contrapor a essas posições o fundamental é investir em educação de qualidade e também em educação científica. É preciso dar aos indivíduos o direito de conhecer e de entender para então escolher.